



Julio Gomes Almeida
Universidade Cidade de São Paulo
julio.almeida@unicid.edu.br

A educação tem ocupado lugar de destaque nas discussões que hoje se realizam no âmbito das políticas públicas. Nessas discussões, duas questões têm se destacado: a definição da educação como um direito da pessoa independente da idade; e a qualidade da educação oferecida às pessoas que procuram a escola ou que por ela é alcançada. Nesse cenário, merece destaque a movimentação que hoje se verifica em torno da educação infantil. A partir do momento em que o direito ao cuidado e educação das crianças pequenas passou a ser objeto dos sistemas de ensino, tem-se verificado mudanças significativas na forma de entendimento da função social e política dessa etapa da educação básica e na concepção de crianças e seu processo de desenvolvimento. Essa mudança tem suscitado questões importantes e, para pensarmos sobre algumas delas recorreremos à professora Zilma Ramos Moraes de Oliveira, uma referência importante no cenário brasileiro quando o assunto é Educação Infantil.

Revista @ambienteeducação:
Os municípios têm dificuldade para ampliação do atendimento à Educação Infantil e dependem, em parte, dos programas federais. Como você vê esta questão?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:
O MEC tem efetivado o PROINFÂNCIA, que é um projeto de construção de novas unidades em centenas de municípios. Isso deve ampliar o atendimento, mas em níveis ainda muito longe de atenderem à crescente demanda por creche.

Revista @ambienteeducação:
Como você define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação In-

fantil? Como você vê as possibilidades efetivas de sua implementação?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:
As DCNEI, assim como as diretrizes estabelecidas para os demais níveis da Escola Básica, são documentos mandatórios de orientação dos sistemas em relação às condições de estruturação do processo educacional. Dispõem sobre a Função da Educação Infantil, os Princípios que devem reger as decisões curriculares, as condições estruturadoras do cotidiano institucional, os campos de experiências em torno do qual devem ocorrer as aprendizagens das crianças, e o sistema de avaliação. As possibilidades de sua implementação dependem em grande parte da formação docente que requer uma nova concepção sobre a criança pequena e sua forma de aprender e desenvolver-se.

Revista @ambienteeducação:
Como você vê, neste momento, a discussão sobre a Educação Infantil no documento, em discussão, do Plano Nacional de Educação?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:
O Plano é ambicioso em relação à Educação infantil e a discussão tem apontado o quanto de concepções ultrapassadas ainda existe entre os parlamentares. Contudo, é discutindo que se faz avançar.

Revista @ambienteeducação:
Quais são os maiores problemas que o Conselho Municipal de Educação de São Paulo enfrenta com relação à Educação Infantil?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:
Um problema frequente diz respeito aos recursos às decisões de indeferi-



mento pelas DRE do sistema municipal de ensino do pedido de autorização de funcionamento de unidades privadas de Educação Infantil. Temos observado muito despreparo das mantenedoras solicitantes em relação às exigências impostas pela legislação educacional para garantir um atendimento de qualidade. Os cursos de formação de docentes e de gestores devem aprofundar o estudo da legislação, sendo importante ainda que as famílias usuárias exijam condições pedagógicas, de habitabilidade e de capacidade gerencial da mantenedora para um bom atendimento.

Revista @ambienteeducação:

Quais são os limites e possibilidades na atuação de um conselheiro municipal de educação no que se refere às políticas de Educação Infantil?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:

No seu papel de garantir o direito da criança a uma Educação Infantil de qualidade, cabe ao CME analisar a legislação vigente e aprimorá-la, dentre outras possibilidades no âmbito de sua atuação.

Revista @ambienteeducação:

Como você vê a formação inicial dos profissionais que atuam na Educação Infantil?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:

Essa formação ainda tem muito a ser aperfeiçoada. Os cursos de magistério têm privilegiado a formação para o trabalho no Ensino Fundamental e muitos deles, quando preparam docentes para trabalhar na Educação infantil, o fazem em um curto período de horas e nem sempre discutem com os

licenciandos a literatura mais recente sobre a capacidade da criança pequena aprender e as condições mediadoras de seu desenvolvimento em ambientes de educação.

Revista @ambienteeducação:

Destaque uma experiência de formação realizada que você considera referência para a Educação Infantil.

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:

Programas institucionais de capacitação, como o ADI-Magistério de São Paulo, o PROINFANTIL do governo federal, e muitos outros, têm trabalhado as novas concepções de educar e cuidar na área e efetivado a construção de boas práticas pedagógicas com os professores que deles participam. A preocupação existente é em relação aos educadores leigos que trabalham com as crianças sem uma habilitação formal.

Revista @ambienteeducação:

Como você vê a polêmica relacionada às férias coletivas de professores que atuam na Educação Infantil?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:

Entendo que as crianças, mesmo os bebês, devem ter períodos de convivência familiar e que o desenvolvimento do projeto pedagógico deve ter momento para uma avaliação geral de seus resultados. Daí a suspensão das atividades com as crianças.

Revista @ambienteeducação:

Há algo que não foi perguntado, mas que você gostaria de comentar?

Zilma Ramos Moraes de Oliveira:

Não.